AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 55 | MARÇO DE 2018

FEDERAÇÃO DA
AGRICULTURA E
PECUÁRIA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA

SERVIÇO
NACIONAL DE
APRENDIZAGEM
RURAL/SC

Mala Direta
Básica

9912331217/2013-DR/SC
SENAR AR / SC

"Fechamento autorizado,
Pode ser aberto pela ECT"

SETE DÉCADAS

FAESC comemora 70 anos em
defesa da agropecuária catarinense

Páginas 8 a 11

AGRO EM DEBATE

CNA e Federações se
reúnem para deliberar
sobre questões do setor

Página 4 e 5

QUEDA

SC tem redução na
produção de milho

Página 6

FORMATURA

Curso Técnico em
Agronegócio conclui turmas
em São Joaquim e Seara

Páginas 12 a 15

FORÇA FEMININA

Novas turmas do
Programa Mulheres
em Campo no Estado

Páginas 16 e 17

PREVIDÊNCIA, OMISSÃO E FUTURO

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC)

É uma pena que a radicalização ideológica e o uso político do tema estejam impedindo uma discussão séria, científica e civilizada da reforma da Previdência Social. É uma lástima que o Governo Federal se comunique tão mal com a sociedade e não consiga decodificar essa complexa questão. É uma decepção perceber o total descompromisso e desinteresse de boa parte dos parlamentares federais com os destinos do País, subordinando esse tema aos seus objetivos eleitorais.

O fato é que a Previdência Social no Brasil é um caso de injustiça e irracionalidade. Em linhas gerais, praticamente a metade dos dispêndios da Previdência são destinados ao pagamento de aposentadorias de menos de 1 milhão de servidores públicos. Por outro lado, a grande massa de aposentados do setor privado, mais de 29 milhões de pessoas, representa a outra metade dos desembolsos. Enquanto a média das aposentadorias do setor privado é de 1.800 reais, na área pública esses valores variam de 9 mil a 33 mil reais nos

Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, sem mencionar os revoltantes casos de salários de marajá que muitos estamentos dos servidores recebem – e que periodicamente vem à público para aumentar a indignação dos trabalhadores e contribuintes.

A imensa maioria dos funcionários públicos é apaniguada por um conjunto de benefícios e privilégios que chega, em algumas categorias, a 27 vezes o ganho de um trabalhador na iniciativa privada. Essa situação é absurda, incompreensível do ponto de vista da produtividade dos servidores e incompatível com a realidade social, fiscal e econômica o País.

A estrutura da Previdência Social brasileira é irracional. O Brasil é um caso único: está abaixo da média em termos de envelhecimento, mas acima da média em termos de despesas. As despesas cresceram a um ritmo três vezes maior do que o envelhecimento. E a situação só tende a piorar porque o País passará por uma mudança profunda em sua estrutura previdenciária

e, nos próximos 25 anos, deixará de ser um país jovem. As projeções indicam que em 2060 serão mais 3,6 milhões de pessoas com 90 anos ou mais e mais de 500 mil pessoas com 100 anos. O assunto é muito sério: a população idosa será mais de 61 milhões de pessoas (3,4 vezes o que era em 2010) e teremos apenas 2,06 ativos para cada inativo.

A crise dos últimos anos empurrou para a informalidade milhões de trabalhadores, reduzindo a arrecadação previdenciária e aumentando o déficit que, em 2017, ficou em 268,8 bilhões de reais. O sistema – sem uma reforma – está condenado à insolvência e a entropia. Será impossível financiar um sistema no qual haverá apenas dois ativos para custear cada inativo.

A verdade crua e nua é uma só: mantidas as regras atuais, em poucos anos o Estado brasileiro não suportará mais o gasto previdenciário nacional que, incluídos o INSS e o regime de previdência do servidor público, atingirá um quarto do PIB. Essa omissão custará caro para as próximas gerações.

ARROZ EM CRISE

Oferta alta e preço baixo penalizam rizicultor catarinense

O excesso de oferta, o consumo estagnado, o endividamento de produtores, preço mínimo e de mercado abaixo dos custos de produção são efeitos da crise que atinge mais uma vez o setor arrozeiro catarinense. Para enfrentar esse quadro, a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc), ao lado de outras entidades que integram a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, está reivindicando nove medidas de apoio ao setor.

Essas reivindicações são apoiadas pelo Sindarroz/SC, Brazilrice, Cooperjuri, Cravil, Copagro, Cooperja, Coopersulca e Federarroz/RS.

O presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, observa que o arroz é a principal fonte de carboidratos dos brasileiros. No entanto, é a cultura que mais perde área de plantio no Brasil, tendo sido reduzida de 6 milhões de hectares (safra 87/88)

para 1,9 milhão de hectares (safra 2017/2018) – uma queda de 68% – consequência da baixa viabilidade econômica da atividade.

Essa diminuição de área sofreu forte influência a partir da criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), data a partir da qual o Brasil teve sua área reduzida em 50%, enquanto a Argentina aumentou em 80%, o Uruguai 100% e o Paraguai 500%.

Esta situação foi provocada pela diferença de custos de produção do Brasil quando comparado com os demais países, resultado de uma série de fatores e pelo diferente tratamento tributário que é dado ao produto importado do Mercosul em relação ao produto brasileiro.

Os principais fatores que diferenciam os custos de produção são resultantes do “custo Brasil” influenciado pela burocracia brasileira que

dificulta o registro, o licenciamento e a produção de insumos, a tributação na importação de matéria-prima, sobre a industrialização e na comercialização dos produtos resultantes, defensivos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, as taxas ambientais, os altos preços dos produtos controlados como combustíveis e energia elétrica, a deficiente e cara estrutura logística e os custos com mão de obra.

Pedrozo assinala que há 20 anos o consumo de arroz nos quatro países é de cerca de 12 milhões de toneladas, mas, no mesmo período, o bloco aumentou a produção de 12 para cerca de 16 milhões de toneladas.

No início da colheita, em 2017, a saca de 50 kg era vendida entre 43 e 45 reais. Atualmente, na entrada da atual safra, em face do excesso de oferta, os preços despencaram e ficaram entre 31 reais e 33 reais.

REIVINDICAÇÕES

As entidades pedem o lançamento imediato de leilão de PEP e PEPRO para escoamento de 1,2 milhão de toneladas de arroz e, ainda, o leilão para aquisição de 500 mil toneladas de arroz através de AGF, com simultânea transferência através de ajuda humanitária á países necessitados e em situação de vulnerabilidade. Também querem a suspensão dos vencimentos de dívidas de custeio, investimento, comercialização e prorrogações dos rizicultores, até que seja feito estudo de reestruturação da atividade e do endividamento.

Os arrozeiros pedem que o Conselho Fazendário (Confaz) articule acordo de suspensão dos benefícios fiscais para o produto importado com equiparação das alíquotas estaduais, sob pena de agravamento da crise fiscal do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Além disso, crie uma força-tarefa

para fiscalização fitossanitária de todo arroz importado. A fiscalização deve ser ampliada para detectar fraude de importação de arroz beneficiado e empacotado de forma divergente do Regime Especial concedido pelos Estados que exigem processo industrial mínimo internamente.

Outras reivindicações são autorização do governo catarinense para o reembolso de créditos de ICMS resultantes de compra de insumos, fertilizantes, energia elétrica, óleo diesel, máquinas e equipamentos, todos utilizados na produção de arroz; certificação, por empresa com credenciamento internacional, de isenção de resíduos de agrotóxicos para nacionalização de produto importado; isenção temporária de cobrança de ICMS sobre saídas internas e interestaduais de arroz beneficiado a partir de matéria-prima catarinense.

AGRICULTURA SC

R. Delminda Silveira, 200 - Agrônômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FaescSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.senar.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagan de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí), Márcio Cícero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Vilibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefani e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCEC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

Representantes: Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adílio Pedro Pazzeto (Suplente). **Representantes:** Senar Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** Senar Administração Central | Tatiane Mecabô Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joaquinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MET SC 0085-JP). Edição: Caroline da Costa Figueiredo. Redação: Caroline da Costa Figueiredo, Marcos A. Bedin, Aline Thais Gunsett, Izabel Guzzon, Lisiane Kerbs e Silvana Cuochinski

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tragem: 5.500 exemplares.

CNA E ENTIDADES DISCUTEM GRANDES QUESTÕES DO AGRO EM SC

Encontro reuniu lideranças dos três Estados do Sul

As principais questões que afetam a agricultura sul brasileira foram abordadas em encontro da diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com uma centena de lideranças e dirigentes de entidades de defesa e representação do setor primário da economia. A reunião, realizada no mês de fevereiro, em Florianópolis, foi coordenada pelo presidente da CNA João Martins e pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) José Zeferino Pedrozo. A pauta de temas em análise foi variada e extensa.

“O País vai colher uma grande safra, mas o produtor rural não tem previsão de bons ganhos. O próprio crédito rural se tornou pesado, pois enquanto a taxa Selic está fixada em 6,5%, o produtor faz empréstimos a taxa de 8,5%”

(Presidente da CNA, João Martins)

No período matutino foram debatidas questões internas das Federações e da CNA

Muitas entidades entregaram documentos fundamentando as condições setoriais de produção e comercialização, como as associações de arroseiros, de criadores de suínos e de produtores de maçã.

A situação do leite é uma preocu-

pação dos três Estados do Sul. O consumo está em movimento descendente e o produtor rural trabalha com prejuízos há vários meses. A atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi muito criticada em razão das dificuldades

criadas para a exportação de carnes.

As indústrias que processam e exportam carnes de frango, suínos e peixe tiveram plantas industriais desabilitadas, em dezembro, pelo Ministério e foram obrigadas a suspender os embarques.

Centena de lideranças e dirigentes de entidades de defesa e representação do agro participaram do encontro com a diretoria da CNA, em Florianópolis

Fabrizio de Almeida

“A produção passou a ser direcionada no mercado interno, provocando queda de preços finais no varejo - com prejuízos para a agroindústria e os produtores rurais. Preços de coxa e sobrecoxa de frango a R\$ 2,50 e de carne bovina a R\$ 8,00 sinalizam uma crise sem precedentes para o setor”

(Presidente da FAESC e vice-presidente de finanças da CNA, José Zeferino Pedrozo)

Encontro ocorreu em Florianópolis

Fabrizio de Almeida

Reunião da parte da tarde contou com a presença de produtores e empresários rurais

Fabrizio de Almeida

A situação do mercado de arroz, que vive um período de excesso de oferta e queda de consumo, foi levantada pelo presidente da Farsul Gedeão Silveira Pereira. O valor praticado no mercado está abaixo do preço mínimo e dos custos de produção. “A única solução é a retirada do excesso de arroz do mercado brasileiro, estimulando a exportação”, apontou o dirigente. Pelo menos 1,2 milhão de

toneladas de arroz precisam ser exportadas para equilibrar o mercado.

A CNA vai desenvolver um programa de promoção das negociações comerciais do Brasil no exterior, com foco na Ásia, um dos mercados mais promissores. O objetivo é facilitar as negociações, remover barreiras e reduzir as tarifas.

As lideranças também manifestaram preocupação com a necessidade

de mais investimentos na infraestrutura de rodovias, portos, etc, para reduzir os custos de escoamento das safras.

Segurança no campo também esteve na pauta. O furto de gado, máquinas e equipamentos, assaltos e assassinatos no meio rural foram relatados pelos dirigentes sindicais. Vários deputados estaduais participaram do encontro, ao lado do deputado federal Valdir Colatto.

FORÇA DO AGRO

Estiveram presentes no encontro os presidentes da CNA (João Martins da Silva Júnior), da FAEP (Ágide Meneguette) e da FARSUL (Gedeão Silveira Pereira), além dos membros da diretoria da Confederação e a alta direção do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

SANTA CATARINA REGISTRA REDUÇÃO NA PRODUÇÃO DE MILHO

Situação impacta a indústria da carne no Estado devido aos elevados estoques do produto

A boa produção de milho registrada na safra passada em Santa Catarina não se repetirá em 2018. Estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam queda na colheita do grão que, no Estado, pode chegar até 20% em face da redução da área plantada e da produtividade. Apesar da situação adversa, não existem motivos para preocupação do setor industrial de carnes porque os estoques suprem a necessidade dos planteis de aves e suínos.

Os produtores catarinenses cultivaram 332 mil hectares com milho, uma área menor do que na safra 2016/17 que atingiu 350 mil hectares plantados. Essa tendência é observada também em nível nacional e segundo a Conab, o Brasil terá uma safra de milho 17,3% menor este ano.

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) Enori Barbieri observa que entre os principais fatores que contribuíram para a redução no Estado estão o preço baixo pago aos produtores rurais, situação que desestimula o plantio fazendo com que muitos mudem para a cultura da soja, e o abastecimento do mercado com elevados estoques. Além disso, as questões climáticas interferem nas perdas.

Barbieri salienta que não haverá falta de grãos no País, o que facilitará a produção de proteína animal como aves e suínos. Essa situação também amplia a competitividade do Brasil nas exportações que pode registrar aumento de aproximadamente 10% no embarque da carne brasileira para

outros países, desde que o Brasil tenha um plantio normal de milho-safrinha (2018) previsto para a colheita de 65 milhões de toneladas. Caso contrário será necessário importar milho de outros países como Argentina, Paraguai e Estados Unidos que possuem estoques volumosos.

De acordo com o secretário de Agricultura e da Pesca do Estado Moacir Sopelsa, Santa Catarina pensa em rotas alternativas para que o milho chegue em preço competitivo no território barriga-verde. “Queremos aproximar o Paraguai e o mercado catarinense, através da região Oeste. Trazendo milho do Paraguai nós conseguimos um preço melhor do que aquele vindo do Centro-Oeste, de onde nós normalmente compramos”, diz Sopelsa.

CHAPECÓ RECEBE MAIOR EVENTO SULBRASILEIRO DO SETOR LEITEIRO EM MAIO

Interleite Sul 2018 está com inscrições abertas

Conhecida como a capital catarinense de eventos, Chapecó prepara-se para receber o maior seminário sulbrasileiro do setor leiteiro. O Interleite Sul 2018, programado para os dias 9 e 10 de maio no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, está com inscrições abertas. Promovido pela AgriPoint, abordará casos de sucesso, gestão, sistemas de produção e tecnologia aplicada, relação entre produtores e indústrias, tendências de mercado e competitividade do setor.

Em dois dias de programação mais de 800 participantes acompanharão

19 palestrantes de renome no setor. Voltado para empresários, produtores rurais, técnicos, consultores, laticínios, membros do governo e pesquisadores envolvidos com políticas públicas para o leite e estudantes, o Interleite Sul 2018 discutirá sobre diferentes aspectos importantes para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na região Sul do País.

Durante o evento, o coordenador estadual do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em bovinocultura de leite do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, Olices Santini, explanará sobre a visão e os resul-

(Coordenador estadual do Programa de Assistência Técnica e Gerencial em bovinocultura de leite do SENAR/SC, Olices Santini)

tados práticos do SENAR/SC com o programa ATeG MAPA Leite.

Evento em 2017 reuniu centenas de pessoas em Chapecó

FAESC: SETE DÉCADAS DE REPRESENTAÇÃO

Fundada em 24 de março de 1948 sob a denominação de Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (Faresc), designação que manteve até 1967, a atual Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) foi criada com a finalidade de colaborar no estudo e solução dos problemas relacionados ao setor primário da economia catarinense e articular as ações das Associações Rurais, hoje, Sindicatos Rurais.

Entre os principais objetivos da Faesc destaca-se a defesa política da agricultura e pecuária em face dos desafios, oportunidades e ameaças que surgiram com a globalização da economia.

Entre os compromissos que Faesc

cumprir desde sua fundação situam-se: cooperar para a efetivação dos planos indicados pela Confederação Rural Brasileira (hoje, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA), pleitear os interesses e direitos da classe rural, estudar e sugerir medidas necessárias ao desenvolvimento agropecuário, orientar e promover a fundação e organização de Sindicatos, promover ou apoiar a realização de congressos e exposições agropecuárias e assistir as classes produtoras em matéria econômica, técnica e jurídica.

Os fundadores da Faresc, atual Faesc, foram José Nicolau Born, representante das associações rurais de Biguaçu, Palhoça, São José e Tijucas; Lauro Fortes Bustamante, represen-

tante de Camboriú e Itajaí; Álvaro Miller da Silveira, de Blumenau; Moacir Pedro Lebre Sampaio, de Orleans e Laguna; Walmor Oliveira, representante das associações de Criciúma, Imaruá e Tubarão; Jorge José de Souza, representante de Indaial, Jaraguá do Sul, Porto União, São Francisco do Sul, Joinville, Campo Alegre e Itaiópolis; Jurandir Corrêa Salles, de Lages, São Joaquim e Curitiba; Afonso Maria Cardoso da Veiga, de Rio do Sul; Moahir Tomé de Oliveira, de Florianópolis; Thiago Vieira de Castro, de Caçador; e Frederico Herondino Leite de Videira.

A primeira diretoria atuou de 1948 a 1950 e foi presidida por Lauro Fortes Bustamante. Em 1950, o médico e produtor rural Clodorico Morei-

ra assumiu a presidência da Federação e ficou no cargo até 1960.

O terceiro presidente foi Roberto Waldyr Schmidt que dirigiu a Federação de 1960 a 1964; o quarto foi Max Hablitzel, de 1964 a 1975; o quinto foi Marcos Wandresen, de 1975 a 1980 e o sexto presidente foi Ivo Tadeu Araújo Bianchini, que permaneceu no cargo de 1980 a 1989. Na sequência assumiu o sétimo presidente, José Zeferino Pedrozo, a quem coube, entre outras missões, implantar em Santa Catarina o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

A primeira sede própria intitulada “Casa rural do Estado de Santa Catarina” em Florianópolis, tornou-se realidade a partir de 1955, quando o governador Irineu Bornhausen promulgou a lei nº 1.364, de 31 de outubro de 1955, transmitindo por

doação um terreno situado na capital catarinense. A sede própria foi inaugurada em 1956.

No dia 17 de abril de 1967 foi alterado o nome para Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc) e em 19 de janeiro de 1968 o Ministério do

Trabalho e Previdência Social conferiu à Faesc sua Carta Sindical.

Atualmente, a instituição congrega 98 Sindicatos ativos filiados os quais – ao lado das ações do SENAR/SC – abrangem os 295 municípios e representam 40 mil associados.

Presidentes da FAESC

Lauro Fortes Bustamante:	1948 a 1950
Clodorico Moreira:	1950 a 1960
Roberto Waldyr Schmidt:	1960 a 1964
Max Hablitzel:	1964 a 1975
Marcos Wandresen:	1975 a 1980
Ivo Tadeu Araujo Bianchini:	1980 a 1989
José Zeferino Pedrozo:	desde 1989

DEFESA TÉCNICA E POLÍTICA DO CAMPO

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) completa 70 anos atuando em defesa das classes produtoras rurais. Fundada em 24 de março de 1948 sob a denominação de Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (Faesc), a entidade sindical de segundo grau foi criada com a finalidade de colaborar no estudo e na solução dos problemas relacionados à vida rural, propor medidas necessárias ao desenvolvimento agropecuário, orientar e promover a fundação e organização das associações rurais (hoje, sindicatos rurais) e cooperativas, entre outras atribuições.

O que fizemos nessas sete décadas? Basicamente, a defesa técnica e política do setor. No Brasil e em qualquer país do mundo, a agricultura é um segmento vulnerável em razão de sua dependência de fatores imponderáveis e imprevisíveis, como clima, condições sanitárias, mercado etc.

Um fato positivo é que aumentou de forma exponencial, nos últimos anos, o protagonismo do universo rural na vida econômica brasileira. O setor primário – tendo a agropecuária como destaque – tornou-se área de prestígio nacional, com reconhecimento, inclusive, da grande imprensa e da mídia especializada.

O agronegócio é o maior orgulho de Santa Catarina. Lutamos tenazmente para avançar no mercado mundial, procurando manter competitivos os pequenos e médios produtores rurais nesse mercado concorrente e hostil. A agricultura é muito mais do que grãos, leite, carnes, frutas e verduras. A função socioeconômica que envolve o setor primário é muito expressiva. São mais de 80% dos municípios catarinenses que vivem da dependência da economia primária.

Os desafios do setor são imensos e incluem a vasta, complexa e às vezes incoerente legislação para o campo nas áreas ambiental, trabalhista e sanitária; as péssimas

condições de infraestrutura que destroçam toda a eficiência e competitividade obtida “dentro das porteiras” em face da inexistência e/ou das más condições das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, comunicações e geração de energia; a concorrência desleal do mercado mundial; as deficiências das políticas públicas de apoio ao setor, entre outros.

Trabalhar pela agricultura é uma tarefa permanente, exige vigilante atuação e contínua articulação com o governo, o Parlamento, o mercado, os centros de pesquisa etc. Em Santa Catarina, a Faesc busca, de um lado, a defesa técnica e política da agricultura, pecuária e do agronegócio; de outro, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC), a qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores, produtores e empresários rurais. Nesse aspecto, é notória a evolução dos produtores e de seus estabelecimentos rurais em termos de gestão, produção e produtividade, inovação e qualidade que os programas de formação profissional do Senar/SC proporcionam.

Nesse cenário, é importante destacar o papel dos Sindicatos Rurais na organização do campo. Atuando como associação coletiva, com natureza privada, voltada para defender e incrementar os interesses coletivos profissionais e empresariais, os Sindicatos Rurais são, há décadas, a voz das comunidades rurais. Muito além das defesas classistas, as entidades sindicais dedicam-se às variadas missões, desde melhorias infraestruturais, como estradas, escolas, postos de saúde e eletrificação, até planos de incentivo à produção e programas de qualificação profissional.

Enfim, o sindicalismo que a Faesc procura exercer representa uma forma evoluída de associativismo, ostenta resultados sociais e econômicos mensuráveis que se refletem na elevação da qualidade de vida de todos aqueles que dela participam.

José Zeferino Pedrozo
Presidente da FAESC e do SENAR/SC

FAESC: 70 ANOS DE PROTEÇÃO DA AGRICULTURA CATARINENSE

Lutar por um modelo de proteção e apoio à agricultura semelhante aos países desenvolvidos é uma das inspirações do presidente da mais importante entidade do agronegócio catarinense – a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) – que completou em 24 de março 70 anos de fundação em defesa do setor primário barriga-verde. José Zeferino Pedrozo comanda uma instituição que congrega 98 Sindicatos Rurais ativos filiados, os quais representam 40 mil produtores da categoria econômica rural. Todos os 295 catarinenses recebem ações de Sindicato e/ou do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC).

QUAL O PAPEL QUE A FAESC CUMPRIU NESSES 70 ANOS?

Pedrozo – Em face da natureza da atividade agrícola e pecuária, nosso principal papel foi a defesa política do setor primário da economia barriga-verde e a proteção econômica da classe rural.

QUAL SERIA A SITUAÇÃO IDEAL DE APOIO DO ESTADO E DA SOCIEDADE PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA QUE A FAESC DEFENDE?

Pedrozo – Seria a adoção de um modelo de apoio e proteção semelhante aos países desenvolvidos, onde os artifícios utilizados para assegurar a atividade rentável vão muito além dos subsídios. Nesses países existe uma política com tratamento diferenciado para o setor primário, sob vários outros aspectos. Nestas políticas encontramos impostos menores ou a sua completa isenção, créditos de custeio e investimentos sem limites e com juros compatíveis, decisivos investimentos em infraestrutura de transportes, armazenagem e beneficiamento, atrativos financeiros para investimentos em pesquisa e extensão rural, além de adequados mecanismos de comercialização. As políticas de apoio ao emprego de tecnologia e sustentação de renda praticadas são estáveis, isto é, são conhecidas no longo prazo, o que permite aos produtores planejar suas atividades.

QUAL É A REAL IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA?

Pedrozo – É imensa. Veja que o sucesso das safras agrícolas e a abundante oferta

de alimentos foram determinantes para a baixa taxa de inflação que a economia brasileira registrou em 2017. Ao gerar os principais itens da alimentação humana – grãos, leite, frutas e carnes – em volume suficiente para saciar a população, o setor primário brasileiro criou condições macroeconômicas de controle da inflação. Está aí um dos fatores que exaltam a enorme importância da agricultura: alimento barato (abundante) torna a vida das famílias melhor e anima a economia; alimento caro (escasso) gera fome e tensão social, além de desorganizar a economia. Além desse aspecto, a agricultura ainda gera superávits de quase 100 bilhões de dólares na balança comercial, tornando superavitárias as operações do Brasil no comércio exterior. Não fossem as exportações do agronegócio, o saldo das exportações e importações seria deficitário para o País.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DO PRODUTOR RURAL E DO EMPRESÁRIO RURAL, ATUALMENTE?

Pedrozo – A evolução resultante da introdução de técnicas aprimoradas, a ausência de salvaguardas contra os subsídios externos, o excessivo liberalismo nas importações, os custos internos e a falta de mecanismos eficientes de apoio ao beneficiamento e à comercialização da produção, somada a um conjunto de outros fatores. Esta situação coloca a produção nacional em desvantagem no concorrido mercado agrícola, com consequências negativas no nível interno de renda e de emprego.

QUAIS AS ALTERNATIVAS PARA AUMENTO DA RENDA RURAL?

Pedrozo – Perseverar na capacitação do produtor rural, tarefa que o Senar/SC vem realizando com muito sucesso, ao lado das cooperativas, agroindústrias e outros parceiros; e manter a diversificação de atividades, buscando em todas elas o aumento da produtividade.

QUAIS OS PROBLEMAS QUE DIFICULTAM O DESENVOLVIMENTO RURAL?

Pedrozo – No Brasil e no mundo inteiro, a agricultura é um segmento fragilizado que requer proteção política, econômica e institucional. Em nosso País o setor tornou-se competitivo e conquistou mercados importantes, mas, mesmo assim, requer proteção porque sofre concorrência desleal de outros países que gastam bilhões de dólares em subsídios aos seus agricultores.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA AGRICULTURA CATARINENSE?

Pedrozo – O produtor rural quer preço justo para sua produção. Para isso, precisamos trabalhar em duas pontas. Em uma extremidade, ajudá-lo a ser eficiente e competitivo e, para isso, são necessários recursos financeiros das linhas de crédito rural suficientes e no prazo certo, assistência técnica de qualidade, programas de estímulo, tipo troca-troca de sementes, etc. Nesse aspecto, os juros cobrados no Brasil são absurdamente elevados e insuportáveis. De outro lado, precisamos aperfeiçoar os mecanismos de comercialização e de intervenção no mercado, missão que as cooperativas perseguem incessantemente.

SENAR/SC TURMAS DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO EM SÃO JOAQUIM E SEARA

Solenidades de colação de grau formaram 45 profissionais

O Curso Técnico em Agronegócio da rede e-Tec oferecido gratuitamente pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, formou mais duas turmas no Estado nos polos presenciais de Seara e São Joaquim. Ao todo 45 novos profissionais colaram grau entre os dois municípios. Com dois anos de duração, contou com 25 disciplinas e 1230 horas de atividades no total, incluindo visitas técnicas em agroindústrias e propriedades rurais.

O curso teve 80% da carga horária a distância e 20% presencial. Os profissionais formam-se capacitados para desenvolver atividades de gestão do agronegócio em diferentes funções, seja em empresas comerciais,

estabelecimentos agroindustriais, assistência técnica e também extensão rural e pesquisa.

Seara teve os primeiros técnicos em agronegócio formados pelo SENAR/SC. Segundo a coordenadora estadual

do curso, Katia Zanela, a aceitação no município e região é grande e além de formar a maior turma do Estado, o polo de Seara já possui outra turma em andamento e inicia nova turma em 2018.

“Formar a primeira turma no município é uma realização muito grande, principalmente por ser uma cidade com uma cultura predominantemente agrícola.”

(Coordenadora Estadual do Curso Técnico em Agronegócio, Katia Zanela)

Autoridades municipais e do Sistema FAESC-SENAR/SC participaram da formatura em São Joaquim

Alunos de São Joaquim comemoram a conquista

O superintendente do SENAR-SC Gilmar Antônio Zanluchi parabenizou os novos técnicos em agronegócio

Durante a formatura em Seara, o vice-presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC Enori Barbieri anunciou que o polo receberá em breve a faculdade CNA com cursos superiores relacionados ao agronegócio. Destacou, também, a importância da capacitação neste setor, que responde por 30% do PIB brasileiro.

“A maior satisfação é ver filhos de produtores rurais buscando um melhor preparo para serem sucessores e aqueles que já estão nas suas propriedades poderem torná-las mais eficientes. Toda a região ganha com isso, pois se tratam de oportunidades que podem gerar crescimento.”

(Superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi)

“Precisamos transformar os agricultores em empresários, tratando as propriedades como empresas rurais. Só assim o trabalho terá qualidade e preço para competir. Hoje, para permanecer no mercado, é preciso conhecer de economia, do sistema da cadeia produtiva e produzir com alto valor agregado. A escola está preparando para essa nova era, com o apoio do sindicalismo que incorporou uma visão diferenciada, oferecendo estrutura para dar apoio e apresentar soluções”, considera Barbieri.

Para o superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi, a sucessão é

um dos principais benefícios do ensino focado no setor agrícola.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC José Zeferino Pedrozo enfatiza que o curso auxilia os profissionais no reconhecimento da realidade do meio rural identificando as principais potencialidades, limitações e desafios nas diferentes cadeias produtivas. “Os técnicos em agronegócio são capazes de analisar problemas em processos de gestão e de produção agropecuária reconhecendo sistemas de melhoria da qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos aplicando técnicas empreendedoras com capacidade crítica, criativa e inovadora”, destaca.

O vice-presidente da FAESC Enori Barbieri abriu a solenidade de colação de grau em ambas as formaturas

SEARA

De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Seara, Valdemar Zanluchi, o polo foi uma conquista muito grande para a região e a formação da primeira turma é motivo de imenso orgulho. “Agora temos mais 29 pessoas aptas a executar o comando da sua propriedade ou prestar serviços na área para aumentar a produtividade com qualidade”, enaltece.

Entre os estudantes, diferentes realidades, mas um propósito em comum: modificar e potencializar as propriedades rurais gerando benefícios às famílias e ao setor do agronegócio. O médico veterinário Lucas Dacampo, de 26 anos, mesmo já possuindo curso superior, apostou no técnico em agronegócio para fortalecer a pequena propriedade que possui em

Seara, onde atua com criação de peixes e gado de corte. “Procuirei o curso para compreender mais sobre gestão e administração da propriedade, para maximizar o lucro pelo controle de investimentos e implantação de tecnologia”, comenta o técnico, que agora pretende buscar espaço em um curso de mestrado para retornar à propriedade com ainda mais conhecimentos.

Primeiros formados do Curso Técnico em Agronegócio do polo presencial de Seara

FORMADOS POLO DE SEARA

Alan Guilherme Walter	Gilberto Soave	Mauricio Luiz Ranzan
Antônio Jairo Wollmann	Graciele Junkes	Neura Aparecida de Souza
Aulisson Poletto	Jefferson Casarotto	Neurides Picoli
Cássia Caon	Laercio Juremir Ost	Nivia Schneider Krause
Cidenei Marcelo Ferrari	Lucas Dalle Laste Dacampo	Paulo Cezar Bernardi
Cíntia Mara Schwartz	Luciamir Frigo Veit	Rafael Rodrigo Wermeier
Elwisley Jhoni C. Almeida Rodrigues	Marcelo José Mandrik	Sandra Daniela Schoenell
Emerson Zacchi	Marciana Pressi	Valdenir José Marchioro
Fabricio Pretto	Marciele Schlieck	Willian Sandrin
Gean Henrique da Silva	Marilaine Fatima Hartmann Picoli	

SÃO JOAQUIM

Para o presidente do Sindicato Rural de São Joaquim e vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, é uma imensa satisfação acompanhar o crescimento do curso no município.

Maiani de Souza Macalossi, trabalha em uma empresa exportadora de madeira em São Joaquim. Optou pelo curso com a intenção de ampliar os conhecimentos, trabalhar na área como técnica e futuramente realizar o sonho de ter o próprio negócio no setor rural. De família rural com métodos de criação de gado e cultivos culturais, Maiani encontrou no curso técnicas inovadoras e sustentáveis com visão empreendedora para a melhoria da qualidade de vida do meio rural.

“Foi de grande valia concluir este curso obtendo grande aproveitamen-

“Essa é a terceira turma que formamos com profissionais vindos de São Joaquim, de municípios e até de estados vizinhos. A busca por qualificação demonstra o quanto o setor tem se desenvolvido e como é importante estar atualizado acerca das principais modernidades que chegam ao campo.”

(Presidente do Sindicato Rural de São Joaquim e vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos P. de Souza)

to e aprendendo o necessário para sairmos para o mercado de trabalho prontos para atuar junto ao produtor rural ou em nosso próprio negócio. A experiência adquirida mesmo o curso sendo distância foi o diferencial para a nossa formação pois fomos em busca

dos conhecimentos tirando as dúvidas nas aulas presenciais e conciliando a teoria com a prática nas aulas de campo. A assistência técnica, o planejamento, a dedicação e o esforço fazem com que qualquer propriedade se torne produtiva e lucrativa”, complementa.

Terceira turma concluinte do curso no polo presencial de São Joaquim

FORMADOS POLO DE SÃO JOAQUIM

Camila Adiles Martins Delfes	José Luiz da Silva	Rafael Toshio Sakuma
Felipe da Silveira	Luiz Renato Schizzi	Ricardo Flores
Francisca gicélia Rodrigues	Maiane de Souza Macalossi	Roberto Guedes dos Santos
Jamile Melo Pereira	Mariângela Goulart Padilha	Romero de Oliveira Gil
Jaqueline Nunes	Patrícia Silveira Mello	

SENAR/SC INICIA TURMAS DO PROGRAMA MULHERES EM CAMPO

Iniciativa estimula o empreendedorismo feminino no meio rural catarinense

O protagonismo feminino tem sido cada vez mais presente no dia a dia das propriedades rurais. Elas têm ocupado papéis de destaque na gestão rural e revelam um grande potencial empreendedor. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), com o intuito de desenvolver as habilidades femininas capacitando-as na gestão de negócios agropecuários, promove o programa Mulheres em Campo. Até o momento nove turmas já iniciaram no Estado e outras sete estão com previsão de começar as atividades.

Em 2017 foram realizadas 68 turmas e a expectativa, de acordo com a coordenadora estadual do programa, Nayana Setubal Bittencourt, é de que o número de turmas seja equivalente em 2018. “Os encontros reúnem até 15 mulheres em cinco módulos presenciais de oito horas cada totalizando 40 horas de atividades. São

repassadas atividades teóricas e práticas a fim de demonstrar as inúmeras possibilidades de empreendedorismo no campo”, salienta a coordenadora.

As turmas iniciaram nos municípios de Herval d'Oeste, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Guatambu, Botuverá, Laguna, Palma Sola, Otacílio Costa e Lebon Régis. Começaram turmas também em Seara, Abelardo Luz, Belmonte, Ipuacu, Ponte Alta do Norte, Cordilheira Alta e Faxinal dos Guedes. Todas as turmas contam com o apoio dos Sindicatos Rurais dos municípios correspondentes para a execução das atividades.

O superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi destaca que o programa, anteriormente conhecido como “Com Licença Vou à Luta”, passou por reformulações no ano passado para melhor se adequar à realidade local das propriedades rurais. “Os módulos são pensados de acordo com situações vivenciadas no dia a dia das mulheres no campo.

Dessa maneira objetivamos estimular cada vez mais as mulheres a acreditarem em si e tornarem-se grandes líderes rurais”.

Para o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, as mulheres são, em grande maioria, a base familiar, mas também têm se destacado como empresárias rurais, muitas delas, inclusive, assumindo sozinhas seus próprios negócios. “Elas são visionárias e conseguem trazer um olhar diferenciado para o dia a dia das propriedades rurais. O programa traz um aporte maior de conhecimentos facilitando a aplicação de tecnologias e técnicas de gestão aprimoradas para ampliar o aproveitamento das diferentes cadeias produtivas disponíveis e, consequentemente, aumentando a produtividade, a rentabilidade e a qualidade de vida. Isso demonstra que o meio rural é um lugar de sucesso profissional para toda a família”, complementa.

Turma de Botuverá

Turma de Guatambu

Turma de Herval d'Oeste

Turma de Laguna

Turma de Itapiranga

Turma de Otacílio Costa

Turma de Palma Sola

NOVOS HORIZONTES

Ana Maria Pauletti produz milho no interior de Palma Sola e frequentemente participa de treinamentos oferecidos pelo SENAR/SC. “São excelentes. A cada curso aprendo algo novo e me sinto mais capacitada para desenvolver as atividades”, afirma. Ana é uma das participantes da turma do Mulheres em Campo no município.

Segundo ela, o programa é sen-

sacional e possibilita um novo olhar sobre a propriedade. “É um conteúdo muito completo. Aprendemos nos detalhes a ver a nossa propriedade como uma empresa rural e, mais do que isso, a efetuar uma gestão assertiva visando menos desperdício e mais lucro final”, destaca. A produtora investe na produção de bolachas como uma fonte de renda extra e reforça a importância da busca por qualificação.

“Tudo que eu sei hoje é graças ao que aprendi buscando cada vez mais conhecimento. Hoje posso dizer que consigo efetuar a gestão da propriedade sem preocupação, mas isso tudo só foi possível porque busquei crescimento. O SENAR/SC oferece uma infinidade de oportunidades para aprendermos e evoluirmos e o Mulheres em Campo sem dúvidas tem sido mais um excelente trabalho”, conclui.

NOVO APLICATIVO CONCENTRA INFORMAÇÕES DO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE

Os catarinenses terão acesso a informações de safra, desempenho da produção agropecuária, preços agrícolas e andamento de políticas públicas voltadas ao meio rural, tudo em um mesmo lugar. O InfoAgro irá concentrar os dados do setor produtivo em um aplicativo que poderá ser acessado via computador ou celular. O InfoAgro auxiliará o Governo do Estado na coleta, processamento e análise de dados do agronegócio catarinense. Será possível visualizar a agropecuária como um todo, unindo as informações de safra e o desempenho dos programas da Secretaria da Agricultura. O InfoAgro traz mais transparência e eficiência para as ações de fomento agropecuário.

Divulgação: SRR

Nós poderemos analisar com mais precisão os resultados dos programas, perceber quais setores precisam de maiores investimentos e acompanhar o desenvolvimento da safra em todas as regiões. O Sistema combinará as informações de políticas

públicas, safra e preços desde 2010 até os dias de hoje e de forma regionalizada. Será possível, por exemplo, analisar o crescimento da produção de soja em uma determinada região ou até mesmo em um município específico.

AGRONEGÓCIO RESPONDE POR 65% DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES EM 2017

Santa Catarina encerrou 2017 com saldo positivo nas exportações, somando US\$ 8,51 bilhões em faturamento. E boa parte desse total tem origem no agronegócio. O setor respondeu por 65% dos embarques catarinenses no último ano, com receita que passa de US\$ 5,5 bilhões.

Os dados são do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e foram divulgados pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC).

A verdade é que os principais produtos vendidos por Santa Catarina são do agronegócio. Os desta-

ques são a carne de frango, madeira e móveis, o complexo soja e a carne suína, que juntos somam US\$ 4,1 bilhões. No total exportado pelo agronegócio catarinense são considerados os setores agropecuário, economia do mar, madeira, papel e celulose.

CRESCIMENTO

Santa Catarina apresentou um crescimento de 12% em relação a 2016 - desempenho que coloca o Estado em oitavo lugar no ranking das exportações brasileiras. O mesmo acontece com o agronegócio. O setor exportou 11,8% a mais em 2017, faturando US\$ 5,5 bilhões.

De acordo com a FIESC, dentre os 30 principais parceiros comerciais de Santa Catarina, os destaques são: Estados Unidos (responde por 16,57% dos embarques), China (11,28%), Argentina (6,88%), México (4,70%), Japão (4,69%) e Rússia (4,51%).

SISTEMA FAESC/SENAR-SC COMEÇA NOVAS TURMAS DO JOVEM APRENDIZ COTISTA EM FRAIBURGO E SÃO JOAQUIM

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), iniciou quatro novas turmas do programa Jovem Aprendiz Cotista (JAC) nos municípios de Fraiburgo e São Joaquim, de modo a atender a Lei da Aprendizagem nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/05. Ao todo, 112 aprendizes entre 14 e 24 anos foram contratados com carteira assinada por empresas rurais para participação dos cursos de Auxiliar Administrativo e Financeiro e Supervisor Agrícola.

Em Fraiburgo, foi iniciada uma turma de Auxiliar Administrativo e Financeiro e em São Joaquim duas turmas de Supervisor Agrícola e uma de Auxiliar Administrativo e Financeiro, em parceria com os Sindicatos dos Produtores Rurais de ambos os municípios. O programa busca promover a formação técnico-profissional metódica para ambas as áreas de atuação.

O curso de Supervisor Agrícola possui duração total de 800 horas, sendo 400 horas de teoria (Núcleo Básico e Específico) e 400 horas de prática profissional, de responsabilidade das empresas empregadoras. Já o curso de Auxiliar Administrativo e Financeiro possui carga horária total de 960 horas, sendo 480 horas de teoria e 480 horas de prática profissional.

“Essa é uma iniciativa que torna compatível o desenvolvimento físico, moral e psicológico. São atendidos, preferencialmente, jovens de baixa renda os que são capacitados para o ingresso no mercado de trabalho em condições especiais, sem prejuízo da escolaridade formal, por meio de atividades controladas e em ambiente protegido, conforme prevê a legislação vigente”, explica o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi.

A coordenadora estadual do programa, Aline Moser Lopes, esclarece que o curso possui até dois anos de duração e que, para garantir que o adolescente cumpra efetivamente os três pilares do processo de ensino aprendizagem, escola, trabalho e formação profissional, a atividade diária é limitada em quatro horas. “É trabalhado com os jovens a aquisição de competências básicas e específicas para o desenvolvimento profissional e educacional”.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, ressalta que a educação é fundamental para o desenvolvimento do setor. “É prioridade no meio urbano e rural. Investimos, por meio do SENAR/SC, em treinamentos e projetos que estimulam a capacitação e o desenvolvimento dos produtores rurais catarinenses e acreditamos que a educação promove transformações. O Programa Jovem Aprendiz Cotista possibilita a inserção de muitas pessoas no mercado de trabalho”.

Turma de Auxiliar Administrativo e Financeiro de Fraiburgo

Turma de Auxiliar Administrativo e Financeiro de São Joaquim

Turma de Supervisor Agrícola de São Joaquim

MELHORIA DE LOGÍSTICA ESTÁ ENTRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO GRÃO

Discutir e apontar soluções para o déficit do milho em Santa Catarina foi o foco do Fórum Mais Milho que reuniu diversas lideranças do agronegócio, em Concórdia, oeste catarinense, no mês de fevereiro. A previsão da safra para 2018 é 2,4 milhões de toneladas, enquanto o consumo é de seis milhões de toneladas por ano. Entre as necessidades destacadas estiveram a melhoria da logística de escoamento de grãos até as agroindústrias.

A colheita deste ano tem uma queda estimada de 20,4% em relação à última safra. A redução da área plantada e os períodos de estiagem que comprometeram a produtividade das lavouras estão entre os fatores que justificam a redução da produção. Com isso, há necessidade de aumentar a importação do grão.

Na abertura, o ex-secretário de Agricultura e da Pesca, Moacir Sopesa, o presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos e vice-presidente para o Agronegócio da Federação das

“Devemos encontrar alternativas e não tenho dúvidas que o Poder Público será parceiro. Temos que pensar de fato nas ferrovias, mudar nossa lei de concessões e buscar soluções para que o milho produzido em outros Estados fique mais perto de Santa Catarina. Precisamos ter estrutura de armazenagem e de transporte. Afinal, nessa região, o agronegócio é responsável por cerca de 50% a 60% da economia dos municípios.”

(Ex-secretário de Agricultura, Moacir Sopesa)

Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Mário Lanznaster, e o prefeito de Concórdia, Rogério Pacheco, reconheceram a força da agroindústria e dos produtores para a consolidação do agronegócio e salientaram a importância de discutir estratégias para suprir a necessidade de milho no Estado.

O superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Neivo Panho, salientou que o evento foi de fundamental importância para as cooperativas agropecuárias e agroindústrias da região. “Precisamos ter milho em quantidade, com preço e com qualidade no tempo adequado para sustentar a agroindústria como um todo. Não somente quem abate suínos, aves ou industrializa leite. Existe uma cadeia muito grande de geração de renda e de impostos que mantém a estrutura e sustenta toda essa região”.

O vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, destacou que o milho é o principal insumo de Santa Catarina.

Evento possibilitou um amplo debate sobre as alternativas para suprir a necessidade de grãos

Fórum ocorreu em Concórdia (SC)

“Infelizmente, a cada ano que passa reduz a quantidade de produtores que plantam o grão. Chegou a hora de um debate mais profundo e de avaliar por que isso está acontecendo. No meu ponto de vista, como representante de Federação, é preciso que se valorize mais o produtor. Temos políticas públicas que estão fazendo seu papel, mas só isso não basta.”

(Vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri)

Segundo Barbieri, a Federação entende que é possível o Estado ser autossuficiente de milho. “Com alta tecnologia poderíamos produzir 10 milhões de toneladas, mas para isso é necessário dar a garantia ao produtor que ele terá retorno. Precisamos de dois fatores básicos: uma sinalização de preço com venda futura, ou seja, um preço mínimo de garantia com lucratividade, e aproveitar um pouco dessa política de recursos públicos que o Governo Federal já dispõe para o incremento do milho, trazendo uma parte para bonificar o produtor catarinense”.

O diretor executivo do Sindicarne e da ACAV Ricardo de Gouvêa, par-

ticipou do painel ‘Como garantir a rentabilidade para o produtor de milho no Estado’. “Como representantes das agroindústrias, observamos que a rentabilidade está associada a dois fatores: produtividade e comercialização. Se tivermos uma boa produtividade e boa comercialização, sempre haverá rentabilidade. Lembramos que o milho é um commodity que está sujeito às variações do mercado mundial. Nós, no Brasil, temos outra questão que é a variação do dólar que também influencia em nossa exportação. No momento, por exemplo, com qualquer variação do dólar que vá para cima, teremos problemas e será necessário comprar lá fora”.

“Temos uma região que é excelência em produção de grãos e que é referência em proteína animal. Diante desse quadro, o Governo Federal deve estabelecer políticas para incentivar a produção de grãos e priorizar o abastecimento onde se produz proteína para as agroindústrias que são responsáveis por gerar empregos diretos e indiretos. Nosso grande problema é frete”

(Diretor-executivo da Sindicarne e da ACAV, Ricardo de Gouvêa)

ROTA DO MILHO

Entre as alternativas discutidas esteve a Rota do Milho. Um novo trajeto ligando Paraguai a Dionísio Cerqueira pode fazer com que o frete reduza em até 70%. Com a concretização da Rota do Milho, o grão estará a 354 km de Dionísio Cerqueira, onde já existe um serviço de aduana, e a 555 km de Chapecó, maior centro de consumo do grão em Santa Catarina. Quase metade do trajeto feito pelos caminhões que trazem milho do Mato Grosso, por exemplo. Santa Catarina já importa milho do Paraguai, porém em uma rota mais longa, passando por Foz do Iguaçu.

O projeto da nova Rota do Milho ou conexão transfronteiriça foi apresentado em 2016 pelo Núcleo Estadual de Integração da Faixa de Fronteira de Santa Catarina e é uma iniciativa do Governo do Estado, SEBRAE/SC e entidades do agronegócio. A proposta é que o milho seja adquirido nos Estados paraguaios de Itapúa e Alto Paraguai, passe pelo porto de Carlos Antonio Lopez, em Itapúa, atravesse o Rio Paraná em balsas, passando pelo Porto Sete de Agosto, no Paraguai, e siga até a divisa com o Brasil, chegando ao porto seco de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina.

Ricardo de Gouvêa realçou que a Rota do Milho é uma possibilidade de economia em frete. “A quantidade não mudará, até porque o Paraguai produz aproximadamente 3,5 milhões de toneladas. A Rota será fundamental para diminuir a quilometragem de frete e reduzir custos”.

Ao destacar a importância da Rota do Milho, o secretário de Agricultura e Pesca, Airton Spies, realçou que Santa Catarina depende de mais de 50% do milho de fora do Estado. “Ao avaliarmos do ponto de vista de logística, parece muito natural despertarmos interesse pelo milho do Paraguai que está a 400 km de Chapecó. Com a concretização da Rota do Milho teremos um grão mais próximo, de boa qualidade e que chegaria a um custo menor”, completou.

FACULDADE CNA FORMA SEGUNDA TURMA DE GESTORES EM AGRONEGÓCIO

Vice-presidente de finanças da CNA e presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo esteve presente na solenidade

Os estudantes do curso superior em Tecnologia em Gestão do Agronegócio da Faculdade CNA receberam, após três anos de estudos, o diploma de graduação durante cerimônia de colação de grau na sede do Sistema CNA/SENAR/ICNA. Na plateia, os familiares, professores, amigos e colaboradores do Sistema CNA/SENAR/ICNA prestigiaram a solenidade de formatura.

O diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC) e Diretor da Faculdade CNA, Daniel Carrara, que também foi paraninfo da turma, falou dos desafios da profissão e da responsabilidade que os jovens, agora formados, terão em levar aos produtores rurais o conhecimento acumulado nesses anos.

“A Faculdade CNA foi criada para atender aos produtores e às demandas da agropecuária. Esses novos gestores vão auxiliar o Sistema CNA a impulsionar o setor. Eles estão começando uma nova fase com a responsabilidade de dar retorno à classe que produz alimentos”, afirmou Carrara. Ele salientou ainda que, como padrinho da turma, faz questão de tê-los por perto para acompanhar a carreira de todos.

O 1º vice-presidente de finanças da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), José Zeferino Pedrozo, representou o presidente do Sistema CNA/SENAR/ICNA, João

Martins, patrono da turma. Ele ressaltou a importância dos formandos se empenharem na melhoria dos processos gerenciais dos produtores rurais.

O presidente da FAESC e vice-presidente de finanças da CNA José Zeferino Pedrozo representou a CNA na formatura

“A Faculdade CNA preparou os alunos para o exercício ético e competente da profissão, com responsabilidade social e preocupação com o meio ambiente. Eles estão aptos para atuar como profissionais competitivos nas atividades gerenciais das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro”, disse Pedrozo.

O 1º vice-presidente de secretaria da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA/PB), Mário Borba, parabenizou os formandos e os encorajou a atuarem em prol da agropecuária brasileira. “A conquista dos formandos representa a consolidação de um projeto para a formação de profissio-

nais qualificados. A vitória de vocês é de todo o Sistema CNA. É uma vitória do agronegócio brasileiro”, disse Borba.

O representante do Instituto CNA, entidade mantenedora da Faculdade CNA, André Sanches, que assumirá a Direção Geral da Instituição, parabenizou os formandos e deu sugestões aos novos gestores. “Continuem estudando e se mantenham atualizados sobre o que acontece, sempre acompanhando a evolução do mercado e da agropecuária brasileira. Vocês escolheram um setor dinâmico e com amplo mercado de trabalho”.

O orador da turma de formandos, Josué Bento Camargo, afirmou que “o agronegócio está em nossas vidas porque decidimos isso. O conhecimento que adquirimos ao longo desses anos ficará marcado em nossas lembranças, pois os professores utilizaram métodos de ensino totalmente particulares”.

Os formandos prestaram homenagem à bibliotecária Cristina Barbosa de Azevedo e ao professor Joaci Medeiros, que acompanhou desde o início do curso a evolução técnica e comportamental da turma. Medeiros ministrou as disciplinas de Introdução à Gestão do Agronegócio, no primeiro semestre; Direito Aplicado ao Agronegócio, no quarto semestre e Gestão da Qualidade e Produtividade, no sexto semestre.

Formatura ocorreu em Brasília com representantes da CNA e Faculdade CNA

SANTA CATARINA REGISTRA RECORDE DE INSCRIÇÕES NO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Foram 484 pessoas em cinco polos presenciais

O Curso Técnico em Agronegócio da rede e-Tec, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), registrou recorde de inscrições no processo seletivo em Santa Catarina. Foram 484 pessoas inscritas no Estado em cinco polos de apoio presencial.

O maior número de inscrições foi no polo de Canoinhas com 137, na sequência vieram Seara (97), Fraiburgo (88), Araranguá (86) e São Joaquim (76). Após as inscrições inicia o processo de seleção que é aplicado com base na análise curricular a qual é eliminatória e classificatória.

“Consiste na análise do histórico escolar, anexado no momento da inscrição. O sistema calcula automaticamente a média final que resultará na classificação dos candidatos”, explica a coordenadora do curso no SENAR/SC Katia Zanela. Segundo ela, os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação conforme os critérios estabelecidos no edital. O aumento na procura do curso é motivo de comemoração para o Sistema FAESC/SENAR-SC.

“Demonstra a credibilidade e seriedade do curso perante o agronegócio catarinense. Esse ano tivemos também a grata satisfação de presenciar o crescimento das inscrições de produtores rurais. É motivo de imensa alegria ver que o futuro do setor está sendo pensado com base na qualificação do meio rural, levando para as propriedades o que de mais atual existe em tecnologia a fim de ampliar a produtividade e a rentabilidade”.

(Presidente do Sistema, José Zeferino Pedrozo)

FORMAÇÃO TÉCNICA DE QUALIDADE

O superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi destaca o crescimento do Curso Técnico em Agronegócio no Estado. Atualmente funcionam dez polos presenciais: Araranguá, Braço do Norte, Campo Alegre, Canoinhas, Fraiburgo, Rio do Sul, São Joaquim, São José, São Miguel do Oeste e Seara.

O curso é reconhecido pelo MEC e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Tem carga horária de 1.230 horas, divididas em 80% a distância e 20% com aulas presenciais, facilitando a adesão e participação dos alunos.

“O principal desafio é aumentar a eficiência do mercado agrícola e industrial. O profissional planeja e auxilia na organização e controle das atividades de gestão do negócio rural. Sem dúvidas é um avanço para o agronegócio catarinense.

(Superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi)

Alunos do polo de São José em visita técnica a propriedade rural

NOVO PRAZO PARA ADESAO

FUNRURAL

O prazo para adesão ao
Programa de Regularização
Tributária Rural foi
prorrogado até o dia

30 de abril.

Saiba mais em sistemafaesc.com.br

SANTA CATARINA